

# **Transferência de valor no nível da concorrência intrasetorial: fundamentos da distinção entre valor social e valor individual\***

Leonardo de Magalhães Leite<sup>†</sup>

**Resumo:** Nosso objetivo é compreender o sentido das categorias valor individual e valor social no nível da concorrência entre capitais produtores do mesmo valor de uso. Como a substância do valor é o trabalho abstrato, examinaremos o processo sob o qual ocorre a abstração do trabalho humano para fundamentar a existência de valores individuais distintos do valor social. Concluiremos que para haver transferência de valor nesse nível de abstração é necessário que as trocas sejam mediadas por dinheiro (e, no caso de transferência internacional de valor, por dinheiro mundial) e que o valor social é uma aproximação da média dos valores individuais. Ademais, mostraremos como estes resultados se articulam com a atualização crítica da teoria marxista da dependência, especialmente no que tange ao subimperialismo.

**Palavras-chave:** teoria do valor trabalho; mais-valor extra; transferência de valor.

**Abstract:** The main purpose of this article is to understand the meaning of the categories individual and social values in the level of competition between capitals that producing the same use value. As the value substance is the abstract labor, we will investigate the process under which occurs the abstraction of the human labor to substantiate the existence of a quantitative divergence between individual value and social value. We conclude that to have value transfer at this abstraction level is required that exchange has been mediate by money (and, when the value transfer occurs at the international level, by the world money) and the social value is an approximation of individual values average. Furthermore, we show how these results are articulated with critical update of the Marxist theory of dependency, especially in regard to subimperialism..

**Keywords:** theory of labor value; additional surplus value; value transfer.

---

\* Artigo submetido para a Área 3 (Economia Política, Capitalismo e Socialismo) das Sessões Ordinárias do XX Encontro Nacional de Economia Política, 2015.

<sup>†</sup> Professor Assistente do Departamento de Ciências Econômicas de Campos da Universidade Federal Fluminense (CEC/UFF). Doutorando em Economia, Universidade Federal Fluminense. Correio eletrônico: [leonardoleite@id.uff.br](mailto:leonardoleite@id.uff.br). Agradeço ao professor Maracajaro Mansor e aos alunos da disciplina Economia Política II, ministrada no âmbito do Departamento de Ciências Econômicas de Campos da UFF (CEC/UFF) em 2013, pelos estimulantes e rigorosos debates que fomentaram a execução dessa pesquisa. Como de praxe, erros ou omissões que porventura apareçam no texto são de minha exclusiva responsabilidade.

## 1. Considerações iniciais

Nosso objetivo com este trabalho é compreender o sentido das categorias *valor individual*, *valor social* e *transferência de valor* em função de sua íntima relação com a categoria concorrência. A necessidade de retomar esse tema segue duas motivações principais. Por um lado, existe uma polêmica a respeito da natureza do mais-valor extra que ainda não possui uma solução de consenso dentro do marxismo. Por outro lado, a transferência de valor é um pressuposto fundamental da teoria marxista da dependência e, como tal, seu esclarecimento é necessário para uma atualização crítica da mesma<sup>3</sup>.

A concorrência entre capitais possui várias consequências para a teoria do valor de Marx de forma que ele precisa recorrer a ela em vários momentos do livro 1 d'O Capital. Mesmo assim, há um momento na obra onde a análise da concorrência é fundamental para o argumento que se quer expor, que é a produção do mais-valor relativo. Ao longo de sua exposição, Marx abstrai a diferença entre valores e preços e, portanto, supõe que há uma equivalência quantitativa entre ambos. Apenas na seção do mais-valor relativo que se faz necessário qualificar melhor essa abstração tomando valores como valores sociais e diferenciando-os de valores individuais.

Como o valor é determinado quantitativamente pelo quantum de trabalho abstrato contido em determinada mercadoria (Marx, 2013, p. 116-9), a existência de *valores* individuais e sociais está necessariamente vinculada com o fato de que produtores diferentes de uma mesma mercadoria podem cristalizar quantidades diferentes de trabalho abstrato de acordo com distintos níveis de produtividade. Um suposto problema deste argumento – e sobre o qual pretendemos trabalhar neste texto – é que a produtividade refere-se ao aspecto técnico-material da produção e, portanto, seguindo a sugestão de Rubin (1987, p. 156), é uma dimensão concreta do trabalho humano. Temos um aparente paradoxo: se a produtividade é um aspecto do trabalho concreto e, ao mesmo tempo, cria grandezas individuais de valores que se diferenciam uns em relação aos outros, o trabalho abstrato deixa de ter importância em relação à determinação quantitativa dos valores individuais?

Esta questão é motivo de divergência entre estudiosos do marxismo. No Brasil, por exemplo, existem duas posições claramente opostas sobre esse ponto. De um lado, Borges

---

<sup>3</sup> A combinação desses dois pontos resulta em um desentendimento sobre o sentido atribuído por Marini (2005) à chamada troca desigual. No Brasil, as posições de M. Carcanholo (2013) e Borges Neto (2011) ilustram a polarização desta questão.

Neto (2011) sustenta que os trabalhos executados sob condições técnicas superiores criam valores individuais superiores aos valores sociais em função de uma maior complexificação do trabalho que, nos termos do autor, “‘potenciam’ a capacidade do trabalho de criar valor” (p. 90). Essa tese está embasada na opinião de que “a determinação social do *quantum* de trabalho abstrato se faz no mercado” (p. 88). Portanto, como os trabalhadores empregados pelos capitais mais produtivos produzem mais valor no mesmo tempo vis-à-vis os demais trabalhadores do mesmo ramo, o mais-valor extra não é oriundo de transferência de valor mas, ao contrário, é o resultado de uma *produção* maior de valor.

A posição oposta pode ser encontrada em R. Carcanholo (2013). Para ele – e esta é a causa, em nossa opinião, da divergência teórica – a grandeza de valor produzida em determinada jornada de trabalho não se altera de acordo com variações na produtividade. O que acontece é que a quantidade de valores de uso produzidas por jornada se diferencia se ocorre variação na produtividade e, em função disso, os capitais mais produtivos produzem mais mercadorias no mesmo tempo concreto de trabalho fazendo com que a grandeza de valor contida em cada mercadoria isolada diminua. Ou seja, uma mesma hora de trabalho – supondo intensidade constante – cristaliza, sempre e independentemente das condições de produtividade, a mesma quantidade de trabalho abstrato. Como, sob o ponto de vista da mercadoria isolada, o valor produzido diminuiu, o mais-valor extra só pode ser o resultado de uma apropriação superior de valor, ou seja, de uma transferência de valor cuja fonte desse valor a mais são os capitais menos produtivos.

Cipolla (2003) faz uma síntese desse debate e também se posiciona favoravelmente à tese da transferência de valor. Ele complementa o argumento de R. Carcanholo (2013) ao demonstrar que em situações onde a necessidade social se distancia da quantidade de mercadorias que entram na circulação tende a ocorrer “transferências parciais de valor” (p. 103). Ademais, cumpre ressaltar que o autor faz uma revisão da literatura internacional e constata: “parece não haver dúvida de que boa parte dos marxistas estaria disposta a interpretar a mais valia extraordinária enquanto transferência de valor”<sup>4</sup> (p. 89).

Entendemos que a raiz dessa divergência encontra-se em interpretações distintas sobre a forma como ocorre a abstração do trabalho concreto. Pretendemos sustentar, nesse trabalho,

---

<sup>4</sup> Conforme Cipolla (2003), autores que argumentam nessa linha são, entre outros, Carchedi (1990) e Itoh (1980). Nos parece que o próprio Marini (1979, p. 9) defende essa posição: “En el juego entre los capitales individuales y entre las ramas entre sí, así como entre los sectores de la producción, el aumento de la productividad y la baja de costos provoca *transferencias de plusvalía* y alteraciones en las relaciones básicas de distribución precisamente porque se derivan de *modificaciones en la proporción de valor producida y apropiada* por dichas ramas y capitales que no se corresponden con modificaciones en la *masa global de valor* producida en la economía en su conjunto”.

que a tese correta de acordo com a teoria de Marx é a que entende o mais-valor extra como resultado de uma transferência de valor e que, portanto, o trabalho executado sob condições técnicas diferentes no mesmo intervalo de tempo produz sempre o mesmo valor.

Para dar conta desse objetivo, nosso argumento está organizado em três partes. Na segunda seção iremos direto ao capítulo chave sobre o assunto, o Capítulo 10 do livro 1, onde tentaremos mostrar que a concorrência entre capitais com distintos níveis de produtividade origina valores individuais distintos e, dessa forma, promove transferência de valor. Na seção 3 discutiremos os fundamentos lógicos para a concepção de transferência de valor, isto é, iremos voltar ao pressuposto fundamental que é a forma como ocorre a abstração do trabalho humano. Tentaremos perceber, nessa seção, qual a relação entre trabalho concreto, trabalho abstrato, valor individual e valor social. A quarta seção funciona como uma espécie de laboratório: iremos testar se a concepção de mais-valor extra via transferência de valor formulada nas seções anteriores possui aderência com indicações de Marx em ilustrações e alegorias formuladas ao longo de toda sua obra-prima; percorreremos passagens desde o Capítulo 1 ao Capítulo 23 do livro 1. Na quinta seção estabeleceremos o vínculo entre a transferência de valor no nível da concorrência intrasectorial com a teoria marxista da dependência, especialmente no que tange ao subimperialismo. Por fim, serão tecidas algumas considerações finais.

## **2. Concorrência, apropriação do mais-valor extra e produção do mais-valor relativo**

O livro 1 d'O Capital só é plenamente compreensível se levarmos em conta o nível de abstração em que a exposição de Marx é conduzida. Nesse sentido, o capítulo 10 tem uma importância especial para a obra na medida em que rompe com uma suposição que vinha sendo seguida até então, qual seja, a de que a produção de mercadorias era efetivada sob base técnica constante, imutável. Ao romper com essa hipótese Marx introduz na análise a possibilidade de que a produção de uma dada mercadoria seja feita com diferentes níveis de produtividade dependendo das condições técnicas com as quais o processo de trabalho é executado.

O objetivo desse rebaixamento do nível de abstração é permitir que haja a expansão do mais-valor mediante a redução do valor da força de trabalho e não apenas, como era considerado anteriormente, através do aumento da intensidade do trabalho – via

prolongamento da jornada de trabalho ou não. A questão, portanto, que se apresenta para Marx é desvendar o mecanismo da lógica capitalista que permite a produção do chamado mais-valor relativo.

Supondo, como o faz Marx, que o valor da força de trabalho é igual a seu preço, isto é, igual à parte variável do capital, e mantendo a jornada de trabalho intacta, a única forma de aumentar socialmente a extração de mais-trabalho é aumentar a produtividade nos setores ligados à produção de meios de subsistência para os trabalhadores. Com isso, reduz-se o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e, ao mesmo tempo, aumenta o tempo de trabalho excedente. Em termos de valor, equivale ao aumento do mais-valor apropriado pelo capital.

O determinante do mais-valor relativo, portanto, é a elevação da força produtiva do trabalho que, em Marx (2013), significa o seguinte:

“Por elevação da força produtiva do trabalho entendemos precisamente uma alteração no processo de trabalho por meio da qual o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é reduzido, de modo que uma quantidade menor de trabalho é dotada da força para produzir uma quantidade maior de valor de uso” (p. 389).

Se o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é reduzido e ele representa a grandeza de valor da mercadoria, segue que a elevação da força produtiva do trabalho tem como resultado inequívoco a diminuição do valor da mercadoria.

Com a produção de mais-valor relativo há uma redução global no valor da força de trabalho e, conseqüentemente, um aumento na taxa geral do mais-valor. Cumpre destacar, como faz Marx (2013, p. 390-391), que esse resultado social é não-teleológico pois resulta do agir de capitalistas individuais motivados por decisões exclusivamente privadas. Apesar dessa decisão ser aparentemente autônoma, o capitalista individual é coagido a agir dessa maneira sendo que a autoridade sobre ele reside no “movimento externo dos capitais” que se manifesta através das “leis compulsórias da concorrência”.

Embora o exemplo ilustrativo apresentado por Marx seja trivial, ele carrega uma passagem em especial – que apresentaremos adiante – que alimenta a polêmica sobre a origem do mais-valor extra (ou mais-valor adicional, de acordo com os termos da tradução de Rubens Enderle para a Boitempo Editorial). Por isso, tentaremos reproduzir o exemplo de Marx para captar seu argumento central e formar um juízo acerca daquela controvérsia.

Seguindo o exemplo numérico de Marx, consideremos que uma hora de trabalho equivale a  $\frac{1}{2}$  xelim (doravante, para facilitar a exposição, substituiremos a antiga unidade monetária inglesa pelo símbolo do cêntimo). Uma jornada de trabalho de 12 horas produz,

portanto, um valor equivalente a \$6 dividido, por hipótese, em 12 unidades de um valor de uso qualquer. Cada unidade contém  $\$ \frac{1}{2}$  de valor novo produzido pela força de trabalho e, por hipótese,  $\$ \frac{1}{2}$  de meios de produção são transmitidos a cada peça. Portanto, cada peça custa \$1, o equivalente a 2 horas de trabalho social.

A introdução do progresso técnico faz com que, suponhamos, as mesmas 12 horas de trabalho produzam 24 unidades de valor de uso ao invés de 12. O valor novo adicionado pela força de trabalho continua sendo de \$6 em uma jornada já que o tempo de trabalho continua o mesmo. A diferença é que essa grandeza de valor se distribui agora em 24 peças, fazendo com que cada uma carregue  $\$ \frac{1}{4}$  de valor novo. Somado ao valor dos meios de produção de  $\$ \frac{1}{2}$  incorporado em cada peça, seu valor cai para  $\$ \frac{3}{4}$ .

Se, conforme Marx (2013, p. 391) o aumento da força produtiva do trabalho não alterar as “condições sociais médias” de produção dessa mercadoria, o resultado é que “o valor individual dessa mercadoria se encontra, agora, abaixo de seu valor social” pois “custa menos trabalho”. Trata-se da primeira vez na obra onde Marx apresenta o “valor individual” distinguindo-o do “valor social”.

De acordo com o exemplo, o valor individual de  $\$ \frac{3}{4}$  representa 1,5 hora de trabalho social. Ou seja, cada mercadoria produzida sob condições técnicas superiores contém uma porção menor de trabalho social. Entretanto, como as condições médias de produção continuam intactas, o “valor efetivo” (p. 392) da mercadoria continua o mesmo, já que é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção e, portanto, equivale ao valor social.

Considerando que as mercadorias são vendidas pelos valores sociais (ou efetivos), o capitalista que utiliza menos trabalho do que a média em sua produção pode vendê-la por um preço superior ao valor que lhe custou produzi-la. Dito de outra forma, ele passa a ter o direito de se apropriar de um quantum de trabalho abstrato superior ao que ele produziu. Se essa relação for lida em termos de valores, o capital mais produtivo (ou o capitalista inovador, nos termos de R. Carcanholo [2013]) pode se apropriar de mais-valor adicional.

Voltando ao exemplo, o capitalista inovador produziu cada peça por  $\$ \frac{3}{4}$  ou 1,5 hora de trabalho social e pode se apropriar de \$1 ou 2 horas de trabalho social. Como ele produziu mais valores de uso do que antes, se a necessidade social se mantiver a mesma ele precisará diminuir o preço para concretizar a venda. Nesse caso, em qualquer situação em que o preço esteja acima do valor individual, o capitalista pode realizar mais-valor adicional e, portanto, aumentar sua taxa individual de mais-valor.

Isso fica claro, mais uma vez, recorrendo ao exemplo numérico de Marx. Se o capitalista cobrar um preço de \$ 10/12, maior que seu valor individual (\$  $\frac{3}{4}$ ) e menor que o valor social (\$ 1), o valor total realizado por ele pela produção de uma jornada de trabalho será de \$20 (ou \$ 10/12  $\times$  24 peças). Nosso entendimento é que parte considerável da polêmica sobre o mais-valor extra deve-se ao fato de que Marx sugere, a princípio, que esses \$20 representam um valor *produzido* pelo capital inovador e não simplesmente *apropriado*. As seguintes passagens ilustram esse ponto:

“O valor do produto da jornada de trabalho de 12 horas é 20 xelins”

“O trabalho excepcionalmente produtivo *atua como* trabalho potenciado ou cria, no mesmo tempo, valores maiores do que o trabalho social médio do mesmo tipo” (Marx, 2013, p. 392-393, grifos nossos).

Estas duas passagens, especialmente a segunda, são amplamente utilizadas pelos defensores da tese de que o mais-valor extra resulta do trabalho potenciado, como, por exemplo, Borges Neto (2013). Por outro lado, na interpretação da questão sob a ótica da transferência de valor, R. Carcanholo (2013) aponta para as palavras escolhidas por Marx: “*atua como*”. Marx não diz que o “trabalho excepcionalmente produtivo” é “trabalho potenciado”, mas “*atua como*”, ou seja, parece ser<sup>5</sup>. Isso significa que o autor foi cauteloso nesse momento do argumento. R. Carcanholo (2013) apresenta uma justificativa convincente para essa cautela: nessa altura da exposição, Marx ainda não analisou a possibilidade de incongruência quantitativa entre valor produzido e apropriado, que será feito apenas no livro III:

“A diferença entre produção e apropriação só surgirá quando o autor chegar a discutir a transformação dos valores em preços de produção. Só depois disso é que terá condições de estudar a forma como a mais-valia será repartida entre os diferentes capitais, entre as suas diversas frações. Só então poderia discutir adequadamente o problema da mais-valia extra” (R. Carcanholo, 2013, p. 110)

De fato, é por isso que a abstração que percorre inteiramente os livros I e II é que as mercadorias são vendidas pelos valores, isto é, assume-se que os valores sociais são iguais aos preços de mercado. Portanto, se o capitalista se apropria de \$20 e estamos respeitando o nível de abstração, este valor de \$20 deve ter sido produzido por ele mesmo. Não haveria outra explicação logicamente consistente até esse momento da obra. Como o tempo e a intensidade do trabalho são as mesmas, o aumento de valor realizado pelo capital inovador só pode ter sido decorrente de uma potencialização do trabalho, ou seja, a mesma hora de trabalho concreto se converte em uma quantidade maior de trabalho abstrato.

---

<sup>5</sup> Na tradução de Reginaldo Sant’Anna para a edição da Civilização Brasileira (Marx, 2004), o termo em destaque é “opera como” (p. 369) que, evidentemente, tem o mesmo sentido.

Mesmo com a cautela imposta por Marx, a exposição do autor impõe uma mistificação sobre a realidade – supondo, obviamente, que a tese correta é a de transferência de valor. Ao mesmo tempo, a base real dessa mistificação é que o capitalista inovador realmente enxerga assim: mais-valor adicional apresenta-se a ele como fruto da maior complexidade do processo de trabalho:

“O trabalho mais produtivo *aparece* como se fosse potenciado ou como trabalho complexo. Mas essa aparência se esclareceria tão logo observássemos o conjunto do ramo considerado, e a maior apropriação surgiria, então, como resultado da transferência” (R. Carcanholo, 2013, p. 112).

Enfim, a interpretação do mais-valor adicional pela ótica do trabalho potenciado pode ser desmistificada, como mostraremos na seção 4, com outros momentos da obra que sustentam, por exemplo, que o mesmo tempo de trabalho sob condições técnicas variáveis produz a mesma quantidade de valor.

Do ponto de vista da ótica da apropriação de valor entre capital e trabalho, Marx indica, ainda no Capítulo 10, o seguinte:

“O capitalista que emprega o modo de produção aperfeiçoado é, portanto, capaz de apropriar-se de uma parte maior da jornada de trabalho para o mais-trabalho do que os demais capitalistas no mesmo ramo de produção. Ele realiza individualmente o que o capital realiza em larga escala, na produção do mais-valor relativo” (Marx, 2013, p. 393).

Essa apropriação maior de valor pelo capitalista inovador origina-se em um valor produzido e não apropriado pelo capital menos produtivo. Para o ramo de produção como um todo o valor total produzido deve ser idêntico ao apropriado pois, em função da abstração de valores sociais iguais a preços de mercado, em cada peça singular esta equivalência já ocorre. Nesse caso, como funciona o mecanismo da transferência de valor entre os capitais do mesmo ramo?

A solução, apontada por R. Carcanholo (2013, p. 104) de que o valor social é o resultado da “média aritmética ponderada” dos valores individuais nos parece *ad hoc*. Se essa hipótese é verdadeira os capitais produtores de valores individuais acima da média (menos produtivos) transferem parte do mais-valor aos capitais mais produtivos sob a forma de mais-valor extra. Entretanto, sob quais condições aquela hipótese é verdadeira? Precisamos demonstrar que, de fato, ela é verdadeira. É o que tentaremos mostrar na próxima seção.

### **3. Fundamentos lógicos da distinção entre valor individual e valor social**



Se, na produção de um valor de uso qualquer, cada capital isoladamente produz seu próprio valor individual, segue que podem existir tantos valores individuais quanto o número de capitais produtores daquela mercadoria. Mas quando todos esses capitais lançam suas mercadorias na esfera da circulação percebem que ela possui apenas um único valor de troca com a mercadoria-dinheiro e, portanto, como o valor de troca é a forma de manifestação do valor, aquela mercadoria possui apenas um valor com legitimidade social, isto é, apenas um valor social de determinada grandeza.

O valor social equivale à alíquota de trabalho social que cada capital tem direito a se apropriar. Por outro lado, o valor individual expressa o quantum de trabalho privado contido em uma determinada mercadoria com o qual cada capital contribui para o trabalho social total. Portanto, a possibilidade de que distintos capitais produtores do mesmo valor de uso produzam valores individuais diferentes implica que alguns (ou todos) *produzirão* valores de grandeza diferente daquela de que se *apropriarão*.

Apesar dessa distinção ser explicitada por Marx apenas no Capítulo 10 do livro 1, entendemos que os fundamentos para seu entendimento já são fornecidos ao longo de toda a obra, especialmente na seção Mercadoria e Dinheiro. No Capítulo 1, por exemplo, há uma passagem bastante elucidativa a esse respeito e que está inserida na seção do fetichismo da mercadoria no contexto da reificação das relações sociais entre os produtores:

“Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. *O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total.* Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa troca. *Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores.*” (Marx, 2013, p. 148, grifos nossos).

As duas passagens grifadas merecem nossa atenção. Em primeiro lugar, a expressão “o conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total” é uma pronta indicação de que independente da forma com a qual o trabalho privado é executado, ou seja, se com maior ou menor produtividade, ele constitui parte do trabalho social total. Por outro lado, o trabalho privado só atua como elo do trabalho social quando o produto daquele trabalho adentra a esfera da circulação de mercadorias. Portanto, o caráter social do trabalho privado se efetiva quando o produto do trabalho é trocável, argumento que se torna mais claro quando Marx (2013, p. 148) afirma, adiante, que a partir do momento em que os produtos do trabalho sejam produzidos como “coisas úteis destinadas à troca”, “o caráter de valor das coisas passou a ser considerado no próprio ato de sua produção”. Portanto, o trabalho privado adquire um duplo caráter social: como trabalho útil e como trabalho permutável.

Ainda no nível de abstração elevado, insuficiente mas necessário para compreender a relação entre valor individual e valor social, Marx conclui esse argumento da seguinte forma:

“Portanto, os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem. Por isso, na testa do valor não está escrito o que ele é” (Marx, 2013, p. 149).

Conforme o exposto, o trabalho privado torna-se social na medida em que os produtos do trabalho são equiparados. Além disso, o caráter de valor não surge na troca, mas, ao contrário, em função da troca ele surge na produção. Rubin (1989, p. 158-159) faz uma sistematização elucidativa sobre esse ponto quando afirma que o trabalho privado e concreto só *manifesta* seu caráter social quando igualado a uma dada “quantidade de trabalho impessoal, homogêneo, abstrato, ‘trabalho em geral’”. Essa igualação precede a troca (mental e previsivelmente, ou seja, na cabeça do capitalista), embora se *efetive* no processo real de troca.

Como a grandeza de valor é determinada pelo quantum de trabalho abstrato, como ocorre essa abstração? O mesmo Rubin (1989, p. 159) indica que a abstração das propriedades concretas do trabalho ocorre “através de uma troca e igualação multilaterais de produtos das mais variadas formas de trabalho concretas”. A troca significa o vínculo entre as diversas formas concretas de trabalho e, portanto, promove sua abstração:

“Na teoria de Marx sobre o valor, a transformação do trabalho concreto em abstrato não é um ato teórico de abstração com a finalidade de encontrar uma unidade geral de medida. Esta transformação é um fato social real. A expressão teórica deste fato social, qual seja, a *igualação social* das diferentes formas de trabalho, e não sua *igualdade fisiológica*, constitui a categoria trabalho abstrato” (Rubin, 1989, p. 160).

Ainda segundo Rubin (1989, p. 81), na troca os trabalhos são igualados como “parcela do *trabalho total da sociedade*”. O trabalho que cria valor aparece “como ‘trabalho social’, entendido como a massa total de trabalho homogêneo, igual, de toda a sociedade”. Na economia mercantil a conversão do trabalho individual em social ocorre na troca, quando é igualado a outro trabalho e isso acontece pois “na troca os valores de uso concretos e as formas concretas de trabalho são inteiramente abstraídas”.

A abstração ocorre efetivamente na troca e, em função disso, o valor se torna real, isto é, se realiza. Apesar disso, como os produtos, no capitalismo, são produzidos para a troca, o caráter de trabalho abstrato já se manifesta, segundo Rubin (1989, p. 166-167), “no próprio processo de produção direta” e, portanto, também o produto deste trabalho tem o caráter de valor (ideal). No seguinte trecho fica bastante clara a interpretação de Rubin: “O trabalho do

produtor de mercadorias é diretamente privado e concreto, mas adquire uma propriedade social complementar, ‘ideal’ ou ‘latente’, na forma de trabalho abstrato-geral e social”.

Marx (2013) faz uma indicação semelhante no capítulo três, quando trata do dinheiro como medida dos valores. Nesse contexto, o autor assume o ouro como dinheiro, ou seja, como “a forma necessária de manifestação da medida imanente de valor das mercadorias: o tempo de trabalho” (p. 169). Considerando isso, diz Marx: “A fim de exercer praticamente o efeito de um valor de troca, a mercadoria tem de se despojar de seu corpo natural, *transformando-se de ouro apenas representado em ouro real*” (p. 177, grifos nossos). Transformar-se de ouro representado em ouro real indica, claramente, que na produção direta a mercadoria é valor representado que se realiza na troca.

Com base no exposto, há uma relação inequívoca entre trabalho concreto e trabalho abstrato na teoria do valor de Marx. Este responde às determinações daquele como pode ser visto na seguinte citação que, embora longa, é valiosa:

“a força motriz que transforma todo o sistema de valor origina-se no processo técnico-material de produção. O aumento da produtividade do trabalho expressa-se numa diminuição da quantidade de trabalho concreto que é dispendida de fato, em média, na produção. Como resultado disto (devido ao duplo caráter do trabalho, como trabalho concreto e trabalho abstrato), a quantidade de trabalho considerado como ‘social’ ou ‘abstrato’, isto é, como parte do trabalho total, homogêneo, da sociedade, diminui. O aumento da produtividade do trabalho modifica a quantidade de trabalho abstrato necessária para a produção. Provoca uma modificação no valor dos produtos do trabalho. Uma modificação do valor dos produtos afeta, por sua vez, a distribuição do trabalho social entre os diversos ramos de produção” (Rubin, 1987, p. 82).

Antes de avançar nesse terreno do argumento, uma ressalva: no esforço por realçar o ponto central de seu argumento, Rubin exagera ao caracterizar o “processo técnico-material” como a origem da “força motriz que transforma todo o sistema de valor”<sup>6</sup>. Apesar disso o argumento é inteiramente compatível com a tese de transferência de valor e, ao que nos parece, com a teoria do valor de Marx. Vejamos.

Resultado de um aumento de produtividade, a mudança na quantidade de trabalho concreto dispendida de fato na produção possibilita ao capital introduzir uma quantidade maior de mercadorias na circulação. Mantendo tudo o mais constante, diminui a proporção com que este valor de uso específico pode ser trocado por outros, ou seja, há uma mudança não acidental no valor de troca que significa, no caso do intercâmbio por dinheiro, diminuição no preço de mercado da mercadoria. Insistamos nesse ponto: a mudança do valor de troca é uma *manifestação* de uma alteração no valor que, por sua vez, é reflexo de uma alteração na quantidade de trabalho abstrato. Dito de outro modo, há uma alteração na proporção em que o

---

<sup>6</sup> Agradeço ao colega Maracajaro Mansor por ter me alertado sobre esse ponto.

produto do trabalho privado se troca por trabalho homogêneo alterando-se a proporção em que o trabalho concreto se transforma em trabalho abstrato e, conseqüentemente, ocorre uma variação no valor. Em função disso – e essa é a ênfase de Rubin ao longo de toda a sua obra – tende a ocorrer uma redistribuição do trabalho social entre os diversos ramos de produção já que a maior produtividade torna esse produto mais barato podendo substituir outros valores de uso que se tornam obsoletos.

Adaptando o argumento de Rubin para um aumento de produtividade em um capital individual no interior de um determinado ramo de produção, podemos visualizar o processo sob o qual ocorre a apropriação de mais-valor extra. Um avanço das forças produtivas reduz a quantidade de trabalho concreto dispendido por esse capital, levando-o a aumentar a quantidade de valores de uso produzidas por jornada de trabalho. Aumentam, portanto, a quantidade de mercadorias despejadas por esse ramo na esfera da circulação reduzindo a proporção em que estas mercadorias são trocadas por outras o que, tudo o mais constante, reduz seu preço de mercado. Conforme os termos de Cipolla (2003, p. 98, grifos nossos), “a diminuição do preço de mercado *revela* uma diminuição da quantidade de trabalho necessária para a produção da mercadoria”, ou seja, *revela* uma diminuição do quantum de trabalho abstrato que significa uma diminuição no valor (efetivo) da mercadoria movida por uma diminuição não proporcional no valor individual de um capital singular. Se a diminuição do valor individual promove uma redução do preço de mercado que *revela* a diminuição do valor social, a determinação quantitativa deste está vinculada com a determinação quantitativa do valor individual. Logo, há uma relação umbilical entre valor individual e valor social.

Se a situação anterior ao progresso técnico era de equilíbrio entre a massa de produtos ofertados e a necessidade social por elas, a diminuição dos preços de mercado *reduz* a apropriação de valor pelos capitais que se mantiveram com o nível de produtividade antigo. E, desde que o novo preço de mercado se situe acima do valor individual dos capitais mais produtivos, *aumenta* a apropriação de valor por estes. Para que este desnível entre produção e apropriação de valor no nível intrasectorial seja nomeado como transferência de valor, deve haver um elemento de mediação – o dinheiro – que não é explicitado nas abordagens de R. Carcanholo (2013) e Cipolla (2003).

Como estamos considerando capitais produtores de um mesmo valor de uso, não há troca entre eles. Portanto, o valor que um perde não é direcionado diretamente para outro. Essa transferência só pode ser realizada indiretamente: devem haver agentes da troca dispostos a ceder a mesma quantidade de valor na forma de dinheiro. Se assim ocorrer, serão os possuidores de dinheiro que efetivarão a transferência do mais-valor extra: para o

comprador das mercadorias, não interessa como elas foram produzidas, já que, como estamos supondo que a troca se desenvolve com valores sociais idênticos aos preços de mercado, o comprador troca valores de igual grandeza. Por outro lado, se todas as mercadorias são realizadas, esses compradores ajustam os balanços dos capitais individuais – isto é, garantem que os mais produtivos se apropriem de mais do que produziram e vice-versa – quando oferecem uma determinada quantidade de dinheiro, possuidora de uma determinada quantidade de trabalho abstrato equivalente ao valor social daquelas mercadorias e não equivalente ao valor individual.

Provavelmente, Carcanholo e Cipolla não explicitaram esse ponto por se tratar de uma obviedade. Entretanto, como nossos propósitos mais amplos são investigar a transferência de valor no mercado mundial, portanto entre capitais de distintas nacionalidades, a mediação efetuada pelo dinheiro implica, para a análise teórica, uma novidade: tem que existir uma mercadoria portadora de tempo de trabalho socialmente necessário que execute a função de dinheiro mundial. Não se trata de um preciosismo pois, se não existir essa mercadoria, a transferência de valor entre capitais do mesmo ramo de produção não se efetivará<sup>7</sup>. Isso traz consequências profundas sobre, por exemplo, a teoria do subimperialismo, entendendo-o como a manifestação da transferência de valor entre capitais oriundos de países dependentes e, como tal, possuidores de estruturas produtivas semelhantes.

Evidentemente não temos condições, neste artigo, de dar uma solução definitiva à essa questão. Entretanto, a defesa da transferência internacional de valor dentro de um ramo de produção requer que adotemos a hipótese de que o dinheiro mundial possui valor. Estamos de acordo com o argumento de Prado (2013), para o qual, no capitalismo contemporâneo, o dólar estadunidense é dinheiro fictício e assume o papel, ou funciona como, dinheiro mundial. Apesar de seu valor intrínseco ser uma proporção ínfima do valor que ele representa, sua existência como representante do dinheiro mundial vincula-se, obrigatoriamente, à uma mercadoria portadora de trabalho abstrato: o ouro. Nos termos de Eleutério Prado:

“Diante da evidência histórica, mantém-se aqui a tese de que o dinheiro, agora fictício, não poderia se sustentar no mundo atual se não tivesse uma relação de equivalência implícita com o ouro, o qual, aliás, continua tendo um papel importante nas reservas monetárias dos países centrais” (Prado, 2013, p. 140).

Sendo assim, pode haver apropriação de mais-valor extra entre capitais de distintas nacionalidades. O mecanismo de transferência de valor opera mais ou menos sob as mesmas

---

<sup>7</sup> Além do dinheiro mundial, a transferência de valor entre capitais de distintas nacionalidades requer a solução de outra questão: a existência de uma intensidade média do trabalho mundial. Este ponto foi levantado por Marx no capítulo 20 (Diversidade nacional dos salários) do livro 1 e constitui parte de nossa agenda de pesquisa vinculada à tese de doutoramento.

circunstâncias de antes, com a diferença fundamental de que a esfera da circulação compreende o comércio exterior e o representante geral do trabalho homogêneo é o dólar.

Para finalizar essa seção, precisamos estabelecer algum senso sobre como os valores individuais determinam a grandeza quantitativa do valor social. Sabemos que a hipótese de R. Carcanholo (2013) é que o valor social resulta da média aritmética ponderada dos valores individuais; hipótese que, como exposto anteriormente, soou como *ad hoc*.

Com base no que discutimos nessa seção, quando *um* capital diferencia seu valor individual dos demais, há uma modificação não acidental do valor de troca que expressa a alteração prévia do valor social. A alteração no valor de troca é proporcional à nova massa de valores de uso ofertadas pelo capital singular. Segue que, quanto mais rápido a inovação tecnológica se espalha entre os demais capitais, mais rápido é a alteração no valor de troca expressando a diminuição acelerada do valor social. Quando *todos* os capitais do mesmo ramo produzirem sob as novas condições técnicas, os valores individuais serão todos iguais entre si e idênticos ao valor social. Portanto, (i) a dinâmica do valor social segue a direção dos valores individuais produzidos pelos capitais mais produtivos; (ii) e ele, quantitativamente, se aproxima do valor individual daqueles capitais que produzem sob as condições técnicas predominantes.

Se o raciocínio anterior está correto; se a média aritmética é um parâmetro estatístico que varia se qualquer uma das grandezas que compõem seu cálculo variarem e se aproxima da porção mais densa da distribuição; se as categorias marxianas são tendenciais; então a grandeza do valor social é *muito próxima* de uma média aritmética dos valores individuais ponderada pela quantidade de mercadorias produzida por cada capital. Temos que ter muita cautela nesse ponto pois a teoria de Marx se desenvolve sobre leis de tendência, refletindo aquilo que acontece na base concreta da economia capitalista que é dinâmica por natureza. Não é possível, portanto, inferir, em um dado instante do tempo, a média dos valores individuais, posto que a média se calcula sobre grandezas estáticas e – mesmo que assumíssemos, por simplicidade, alguma possibilidade de mensuração empírica deles – os valores são dinâmicos. Por isso, e pela forma como ele se manifesta tendencialmente, o valor social *parece* uma média, mas não é.

#### **4. Ilustrações a partir de passagens do livro 1 d'O Capital**

Nesta altura da exposição, vale a pena resumir os principais resultados a que chegamos: a) o valor individual é determinado essencialmente pelas condições técnico-materiais da produção; b) a dinâmica do valor social resulta dos movimentos dos valores individuais; c) a concorrência em um mesmo ramo de produção promove a distinção entre valores individuais e sociais; d) a transferência de valor é o processo sob o qual os capitais mais produtivos se apropriam de um mais-valor extra produzido pelos capitais menos produtivos.

Estas proposições se articulam em torno de uma característica fundamental do modo de produção capitalista: a tendência ao desenvolvimento das forças produtivas sob a pressão da concorrência. Pretendemos, nesta seção, analisar algumas passagens do livro 1 d'O Capital onde Marx ilustra os argumentos apresentados com exemplos envolvendo a concorrência e que reforcem nosso entendimento exposto anteriormente acerca do mais-valor extra.

Já na primeira seção do Capítulo I, Marx precisa explicar a relação entre produtividade e valor e, nesse contexto, recorre ao seguinte exemplo:

“Após a introdução do tear a vapor na Inglaterra, por exemplo, passou a ser possível transformar uma dada quantidade de fio em tecido empregando cerca da metade do trabalho de antes. Na verdade, o tecelão manual inglês continuava a precisar do mesmo tempo de trabalho para essa produção, mas agora o produto de sua hora de trabalho individual representava apenas metade da hora de trabalho social e, por isso, seu valor caiu para a metade do anterior.” (Marx, 2013, p. 116)

Nessa passagem chocam-se o capital inovador (que utiliza tear a vapor) e o capital atrasado (do tear manual). Duplicou-se a produtividade, reduziu-se pela metade o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de tecidos e, conseqüentemente, reduziu-se o valor social pela metade. A partir de então, uma hora de trabalho social produz o dobro de valores de uso do que antes. Reparemos que, para usar um termo de Rubin, a “força motriz” da modificação do sistema de valores está ligada ao aspecto técnico-material da produção. Pela discussão da seção anterior, a relação entre os capitais inovadores e atrasados só pode ser a seguinte: o aumento da produtividade permitiu a alguns capitais reduzir o tempo de trabalho necessário à produção de tecidos pela metade; o aumento da massa de mercadorias produzidas reduziu o valor de troca delas com as demais; essa redução se refletiu nos preços de mercado, de forma que, enquanto a inovação não é plenamente disseminada, ele se localiza em um intervalo entre os menores e maiores valores individuais; ao longo desse processo os capitais inovadores realizam uma taxa maior de um mais-valor e o contrário acontece aos atrasados; socialmente há um processo de migração das condições técnicas atrasadas em direção às modernas, que se reflete na diminuição mais rápida do valor social até o ponto em que, como indicado no exemplo, o tempo de trabalho socialmente necessário coincide com o tempo de

trabalho necessário para os capitais inovadores; como o tecelão manual produz com o mesmo tempo que antes, seu valor individual permanece o mesmo e o valor apropriado por ele representa metade do anterior, já que houve a diminuição pela metade da grandeza de valor social.

Mas, se isso é verdade, por quê Marx disse que “seu valor caiu pela metade”? Recorremos, novamente, à resposta de R. Carcanholo (2013): nesse nível de abstração não é possível diferenciar produção de apropriação de valor. Em termos concretos, isso parece ser verdade sob a ótica do tecelão manual: parece-lhe que houve uma diminuição em seu valor. Insistamos ao contexto: para inferir que a grandeza do valor depende da quantidade de trabalho humano abstrato, ou do tempo de trabalho socialmente necessário, Marx está supondo a mercadoria como um “exemplar médio de sua espécie”. Não está explícito, mas nos parece que o “exemplar médio” refere-se às condições técnicas normais. Portanto, sob condições técnicas normais, a produção de um determinado valor de uso contém uma grandeza de valor determinada pelo tempo de produção dela; por estarmos em condições técnicas médias, trata-se do tempo de trabalho socialmente necessário. Nos parece que Marx está permitindo, embora não explicitando, a possibilidade de condições individuais de produção diferentes, de tempos de trabalho individuais diferentes e, conseqüentemente, de valores individuais diferentes.

No Capítulo 3, Marx (2013, p. 180-181) examina detalhadamente o dinheiro. Uma das funções desenvolvidas pela mercadoria que desempenha o papel do dinheiro é de meio de circulação ou, em outros termos, mediador do “metabolismo do trabalho social”. Nos meandros do “salto mortal da mercadoria”, Marx precisa introduzir na exposição a relação entre oferta, demanda, preço de mercado e valor. A seguinte passagem fundamenta essa discussão e, para facilitar nossa interpretação, fragmentamo-la:

“Suponhamos, porém, que o valor de uso de seu produto se confirme e, assim, o dinheiro seja atraído por sua mercadoria. Pergunta-se, então: quanto dinheiro? A resposta já está antecipada no *preço da mercadoria, no expoente de sua grandeza de valor*. (...) Suponhamos que ele despendeu em seu produto somente a média socialmente necessária de tempo de trabalho. Desse modo, o preço da mercadoria é apenas a denominação monetária da quantidade de trabalho social nela objetivado” (Marx, 2013, p. 181, grifos nossos).

Marx explicita o que havíamos feito anteriormente: o preço – ou o valor de troca – é o “expoente”, a expressão, a manifestação, da grandeza de valor da mercadoria. Se o produtor dispendeu a “média socialmente necessária de tempo de trabalho”, o preço – ou a parcela de valor *apropriada* pelo capital – equivale à “quantidade de trabalho social nela objetivado” – ou a grandeza de valor *produzida* por esse capital. Segue:



“No entanto, sem a autorização e pelas costas de nosso tecelão, as condições de produção da tecelagem de linho, já há muito estabelecidas, entraram em ebulição. O que até ontem era, sem dúvida, tempo de trabalho socialmente necessário à produção de 1 braça de linho, hoje deixa de sê-lo, tal como o possuidor de dinheiro o demonstra prontamente exibindo ao tecelão as cotações de preços de seus diversos concorrentes. Para sua desgraça, há muitos tecelões no mundo. Suponhamos, por fim, que cada peça de linho existente no mercado contenha apenas o tempo de trabalho socialmente necessário. Apesar disso, a soma total dessas peças pode conter tempo de trabalho despendido de modo supérfluo. Se o estômago do mercado não consegue absorver a quantidade total de linho pelo preço normal de 2 xelins por braça, isso prova que foi despendida *uma parte maior de tempo de trabalho socialmente necessário* na forma da tecelagem de linho” (Marx, 2013, p. 181, grifos nossos).

O fundamental nessa passagem é o seguinte: o aumento da produtividade reduziu o tempo de trabalho socialmente necessário e, portanto, o valor social (manifestado, vale a pena ser exaustivo nesse ponto, pela queda dos preços de mercado). Marx supõe que nem todas as peças conseguirão ser vendidas: como “foi despendida uma parte maior de tempo de trabalho socialmente necessário na forma da tecelagem de linho”, o autor está indicando, claramente, que foi produzida uma massa de valores maior do que a necessidade social e, portanto, parte dos trabalhos passa ser considerado “supérfluo” pois nem todos os valores produzidos conseguirão ser realizados. A questão central, para nosso contexto, é indicar que, independentemente das necessidades sociais, ou seja, independentemente das condições da circulação, valores foram produzidos. Dadas as condições técnicas do trabalho concreto, insistamos nesse ponto, produziram-se valores (ao menos idealmente). Mesmo que o nível de abstração do livro 1 indique produção igual a apropriação, em alguns momentos o autor precisa se desfazer de algumas suposições relativas a essa abstração.

“O efeito é o mesmo que se obteria se cada tecelão individual tivesse aplicado em seu produto individual mais do que o tempo de trabalho socialmente necessário. Aqui vale o provérbio: apanhados juntos, enforcados juntos [*mitgefangen, mitgehangen*]. Todo linho no mercado vale como se fosse um artigo único, sendo cada peça apenas uma parte alíquota desse todo. E, de fato, também o valor de cada braça individual é apenas a materialidade da mesma quantidade socialmente determinada de trabalho humano de mesmo tipo” (Marx, 2013, p. 181).

Enquanto na passagem antecedente o ramo como um todo não conseguia se apropriar da massa total de valores produzidos, agora o mesmo efeito ocorre para o capital individual que gastou mais tempo na produção do que o tempo de trabalho socialmente necessário: o valor que ele produziu é maior do que o valor que a sociedade está disposta a realizar.

No Capítulo 6 o objetivo é apresentar as categorias de capital constante e capital variável. O primeiro conserva seu valor no produto enquanto o segundo adiciona valor novo; um é resultado do caráter concreto e outro o resultado do caráter abstrato do trabalho humano. Nesse contexto a seguinte passagem ilustra o efeito de um desenvolvimento das forças produtivas:

“Suponha que, em consequência de uma invenção qualquer, o fiandeiro possa fiar em 6 horas a mesma quantidade de algodão que ele antes fiava em 36 horas. Como atividade adequada a um fim, útil e produtiva, seu trabalho sextuplicou sua força. Seu produto é seis vezes maior, 36 libras de fio em vez de 6. Mas as 36 libras de algodão absorvem agora apenas o mesmo tempo de trabalho antes absorvido por 6 libras. *A quantidade de trabalho novo que lhes é adicionada é 6 vezes menor do que com o método antigo, portanto apenas  $\frac{1}{6}$  do valor anterior.* Por outro lado, o valor de algodão agora contido no produto é 6 vezes maior, isto é, 36 libras. Nas 6 horas de fiação é conservado e transferido ao produto um valor de matéria-prima 6 vezes maior, embora à mesma matéria-prima seja adicionado um novo selo, 6 vezes menor” (Marx, 2013, p. 278-279, grifos nossos).

Mais uma vez temos a indicação expressa de Marx de que a ampliação do efeito concreto do trabalho resulta na diminuição da quantidade de trabalho abstrato por unidade de produto: a “quantidade de trabalho novo” diminui proporcionalmente ao incremento na produtividade. Em termos de valor individual, poderíamos dizer que houve uma redução no valor individual proporcional ao desenvolvimento das forças produtivas.

Apesar dessas passagens esporádicas ligadas ao progresso técnico, apenas na seção IV (Produção do mais-valor relativo) que ele entra, de fato, na análise teórica. Após ter exposto, no Capítulo 10, a distinção entre valor individual e valor social em função de variações na produtividade, no Capítulo 12 (Divisão do trabalho e manufatura) o argumento do mais-valor extra entra sutilmente:

“Que numa mercadoria seja aplicado apenas o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção é algo que aparece na produção de mercadorias em geral como coerção externa da concorrência, dado que, expresso superficialmente, cada produtor individual é obrigado a vender a mercadoria pelo seu preço de mercado” (Marx, 2013, p. 420).

A “coerção externa da concorrência” força os capitais a aplicarem “apenas o tempo de trabalho socialmente necessário” pois, se não o fizerem, estarão transferindo valores para outros e, conseqüentemente, diminuindo a taxa de mais-valor realizada por eles. Enquanto não venderem pelo preço de mercado estarão gerando mais-valor extra para os concorrentes.

O aspecto técnico-material e a produtividade voltam a tomar lugar privilegiado na argumentação de Marx na seção VII sobre a acumulação do capital. Usaremos, aqui, uma passagem do Capítulo 22 e outra do Capítulo 23.

No Capítulo “Transformação de mais-valor em capital”, Marx analisa as condições e implicações da acumulação de parte do mais-valor realizado. Uma das circunstâncias que permitem a acumulação independente da divisão do mais-valor entre renda e capital é o desenvolvimento das forças produtivas na medida em que aumenta a produção do mais-valor relativo e, conseqüentemente, a taxa do mais-valor. Ademais, esse incremento de produtividade atinge não só o novo capital, mas o capital original ou o que está produzindo sob condições técnicas antigas:

“Tal como no caso de uma exploração aumentada das riquezas naturais mediante o simples aumento na distensão da força de trabalho, a ciência e a técnica constituem uma potência de ampliação do capital em funcionamento, independente da grandeza determinada que esse capital alcançou. [...] Por certo, esse desenvolvimento da força produtiva é, ao mesmo tempo, acompanhado de uma depreciação parcial dos capitais em funcionamento. Na medida em que *essa depreciação se torna mais aguda em razão da concorrência*, o peso principal recai sobre o trabalhador, com cuja exploração aumentada o capitalista procura se ressarcir” (Marx, 2013, p. 680, grifos nossos).

A “depreciação parcial dos capitais em funcionamento” parece-nos uma manifestação da menor produtividade dos capitais operando meios de trabalho menos eficientes. Nossa interpretação ancora-se no argumento exposto por Marx de que a concorrência acelera essa depreciação: isso só é possível pois para os capitais menos produtivos a concorrência impõe uma apropriação menor de valor que é tanto menor quanto mais intenso é o desenvolvimento das forças produtivas e o acicate da concorrência. Ora, o capital menos produtivo recorre à exploração aumentada para intensificar a apropriação de trabalho não-pago e, portanto, “se ressarcir” da transferência de valor aos mais produtivos.

Marx, aqui, antevê a tese da superexploração de Marini (2005) com uma diferença essencial: enquanto Marini associa a superexploração como uma característica específica das economias dependentes em função da concorrência no mercado mundial que promoveria a transferência de valor (a chamada “troca desigual”) para as economias imperialistas, Marx dá um estatuto mais geral ao efeito da concorrência sobre a exploração do trabalhador.

Ainda nesse capítulo – na verdade um parágrafo depois – Marx explicita aquilo que R. Carcanholo (2013) enfatiza: trabalho em quantidade e intensidade igual agrega “sempre a seus produtos a mesma soma de valor novo” independentemente das condições da produtividade. Fica explícito na comparação entre a produção de um trabalhador inglês e um chinês:

“Se um fiandeiro inglês e um chinês, por exemplo, trabalhassem o mesmo número de horas com a mesma intensidade, ambos produziram, numa semana, *valores iguais*. Apesar dessa igualdade, há uma enorme diferença entre o valor do produto semanal do inglês, que trabalha com uma poderosa máquina automática, e o do chinês, que dispõe apenas de uma roda de fiar. No mesmo intervalo de tempo em que o chinês fia 1 libra de algodão, o inglês fia várias centenas de libras. Uma soma de valores anteriores várias centenas de vezes maior incha o valor do produto do fiandeiro inglês, produto no qual tais valores são conservados sob uma nova forma útil e podem, assim, funcionar novamente como capital” (Marx, 2013, p. 681, grifos nossos).

Apesar do trabalho produzir o mesmo valor, os produtos têm valores absolutamente diferentes em função da enorme discrepância técnica entre os processos de trabalho. Em uma jornada de trabalho o valor produzido pelo trabalhador com melhores meios de produção é maior pela maior parcela de valor transferido pelo capital constante. Um detalhe que em geral passa despercebido nessa passagem é que Marx compara trabalhos de nacionalidade diferente

supondo que possuem a mesma intensidade média. Trata-se de um pressuposto para a transferência internacional de valor, como já discutimos anteriormente.

Finalmente, a relação entre concorrência e produtividade atinge o clímax na lei geral da acumulação capitalista. A concorrência e o mais-valor extra tem um papel decisivo no processo de centralização dos capitais:

“As leis dessa centralização dos capitais ou da atração do capital pelo capital não podem ser desenvolvidas aqui. Bastará uma breve indicação dos fatos. A luta concorrencial é travada por meio do barateamento das mercadorias. O baixo preço das mercadorias depende, *caeteris paribus*, da produtividade do trabalho, mas esta, por sua vez, depende da escala da produção. Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores” (Marx, 2013, p. 702).

O resultado cabal é que a concorrência impõe a necessidade de barateamento das mercadorias que só pode ocorrer mediante aumento da produtividade. Dois pontos aqui merecem ser destacados: o aspecto técnico-material da produção é o determinante causal de uma das leis mais importantes desenvolvidas no livro 1, qual seja, a lei da centralização dos capitais; e o “baixo preço” ou a alteração do valor de troca é a manifestação da alteração do valor oriunda do aumento da produtividade. O corolário do argumento (“Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores”) é plenamente inteligível se considerarmos que os capitais maiores produzem mercadorias com valores individuais menores, apropriam-se de mais-valor extra que funciona como combustível a favor da centralização dos capitais.

## **5. Notas sobre a relação entre transferência de valor intrassetorial, dependência e subimperialismo**

O esclarecimento acerca dessas questões é fundamental para a atualização crítica da teoria marxista da dependência na medida em que ela se assenta sobre o pressuposto da troca desigual que, como vimos, equivale à transferência de valor de capitais menos produtivos para aqueles mais produtivos<sup>8</sup>. Nestes termos, os países dependentes se definem como tais na medida em que seus capitais cedem, no mercado mundial, uma massa de valores maior do que a apropriada por eles; e quanto maior a massa de valores cedidos vis-à-vis a apropriada menor a posição na cadeia imperialista global<sup>9</sup>. Por outro lado, podemos inferir que os chamados

---

<sup>8</sup> Dussel (1988, p. 327) entende que essa transferência de valor é a essência da dependência: “Porque hay transferencia de plusvalor de un capital global nacional menos desarrollado hacia el que es más desarrollado, y ésta es la esencia o fundamento de la dependencia (diría Marx), es necesario compensar dicha pérdida extrayendo más plusvalor al trabajo vivo periférico”.

<sup>9</sup> A ideia de *cadeia imperialista global* remonta a Sakellariopoulos (2009), para o qual a posição de cada Estado é definida por pressões econômicas, geopolíticas e militares. O que parece ser decisivo nas relações entre os

países imperialistas são qualitativamente iguais: a natureza imperialista de uma determinada nação reside no fato de que os capitais daquela nacionalidade se apropriam, no mercado mundial, de uma massa maior de valores do que produzem. Ao mesmo tempo há uma dimensão quantitativa que os difere: a posição de cada país na cadeia imperialista global é mais alta quanto maior a massa de valores apropriada vis-à-vis a produzida pelos capitais daquele país.

Abstraindo de fatores geopolíticos ou militares, como o faz Dussel (1988), chamamos de *cadeia imperialista global* apenas a relação entre Estados nacionais determinada quantitativamente pelos fluxos de valores distribuídos globalmente entre os diversos capitais que interagem no mercado mundial. É certo que, nesses termos, a relação entre Estados é uma relação social entre burguesias nacionais<sup>10</sup>.

Neste emaranhado de relações, a existência do subimperialismo pode ser visualizada quando a concorrência no mercado mundial defronta *vários* capitais globais nacionais. A cadeia imperialista torna-se mais complexa e abrange relações de transferência de mais-valor entre capitais particulares que na hierarquia global são definidos como dependentes. Ora, se a questão for tomada nesse nível elevado de abstração, aquele país dependente cujo capital global nacional se relaciona com outros capitais também de países dependentes e se apropria de mais valores do que produz nessa relação é o país chamado de subimperialista.

A partir desse entendimento fica bastante evidente o motivo pelo qual Marini (1977) se referiu aos países subimperialistas como “centros medianos de acumulação”, cuja composição orgânica (ou produtividade) média deve estar em um patamar intermediário na integração hierarquizada dos centros de acumulação ou, em nossos termos, na cadeia imperialista global. O subimperialismo, portanto, é uma categoria subordinada e relativa. Subordinada pois só pode ser definida após a caracterização da cadeia imperialista global e especificamente após a caracterização dos dependentes. Relativa pois só é definido a partir da relação bilateral entre dois países ou entre um país e um grupo de países de acordo com os níveis de produtividade.

O subimperialismo, como um processo de transferência de valor interna aos países dependentes, torna-se especialmente relevante para o processo de integração da América

---

países na cadeia, isto é, na posição em que cada Estado se encontra dentro da cadeia imperialista, é o desenvolvimento capitalista desigual de cada um deles. Uma tentativa de sistematização empírica dessa cadeia pode ser encontrada em Leite (2014).

<sup>10</sup> Dussel (1988, p. 342) vai direto ao ponto: “En la realidad, sin embargo, los dos capitales en competencia no son sino cosas tenidas, apropiadas, poseídas por ‘dos’ capitalistas en contradicción. Hablar de dos capitales, de dos capitalistas o de dos clases capitalistas es aquí analógicamente lo mismo (de un nivel más abstracto hasta uno más concreto)”.

Latina. Como as estruturas produtivas dos países latino-americanos são similares, a concorrência entre capitais implica a transferência de valor que, via de regra, ocorre sob a forma discutida neste artigo. Ou seja, os capitais menos produtivos do continente tendem a ter uma dupla motivação para a superexploração da força de trabalho: a transferência de valor para capitais de países imperialistas e subimperialistas.

### **Considerações finais**

Nosso objetivo com este trabalho foi compreender o sentido das categorias valor individual, valor social e transferência de valor em função de sua íntima relação com a categoria concorrência.

O valor individual resulta da abstração social do tempo de trabalho concreto e privado despendido pelo capital individual. Como, em geral, uma determinada mercadoria é produzida por vários capitais isoladamente considerados do ponto de vista técnico/material, a diferenciação dos processos individuais de trabalho resulta em produtividades distintas. O isolamento técnico/material é contraposto pela aproximação social na medida em que todos eles produzem para a troca. Nesta esfera, as mercadorias iguais se desfazem dos íntimos laços paternos cultivados com os capitais durante o processo de produção, despem-se dos valores individuais e, agora, manifestam para a sociedade o mesmo preço. Aquilo que os capitais cultivaram de forma tão particular, a mercadoria, agora partilha um rótulo comum que é a exteriorização do valor social compartilhado por todas e determinado pelos valores individualmente produzidos por cada capital.

Os destinos dos capitais, portanto, se entrelaçam. Assim como, no matrimônio, o entrelaçamento social não é necessariamente vantajoso para os partícipes, o mesmo ocorre aqui: aqueles capitais que produziram com quantidades menores de trabalho concreto veem que a abstração dos trabalhos efetuada pela troca permite a eles a apropriação de um valor superior ao que eles produziram. Eles usufruem, para desespero daqueles que usaram de mais trabalho concreto, de um mais-valor extra; desespero tal que pode ser a metáfora adequada para a manifestação, na cabeça do capitalista menos produtivo, da transferência de valor.

O desespero se intensifica tão rapidamente quanto mais rápido é o desenvolvimento desigual das forças produtivas. Aqueles capitais mais produtivos podem lançar na troca mais mercadorias do que antes promovendo, ao longo do tempo, a diminuição do preço de mercado como a manifestação da diminuição do valor social e a intensificação da transferência de valor. No sono do capitalista desesperado, remonta-lhe um sonho idílico em que ele era apenas um apropriador de trabalho não-pago. Nas trevas da concorrência ele agora é obrigado a compartilhar com os demais parte daquilo que nunca foi seu: o mais-trabalho.

## **Bibliografia**

BORGES NETO, J. M. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 33, 2011. 83-104.

CARCANHOLO, M. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, jan-abr 2013b. 191-205.

CARCANHOLO, R. A mais-valia extra. In: CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência** (vol. 2). São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 103-118.

CARCHEDI, G. **Frontiers of political economy**. London: Verso, 1991.

CIPOLLA, F. P. Valor de mercado, preço de mercado e o conceito de mais valia extraordinária. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 12, junho 2003. 87-106.

DUSSEL, E. **Hacia Un Marx Desconocido: Un comentario de los Manuscritos del 61-63**. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 1988.

ITOH, M. **Value and Crisis. Essays on Marxian Economics in Japan**. Nova York e Londres: Monthly Review Press, 1980.

LEITE, L. Imperialismo contra Ultraimperialismo: conexões teóricas e evidência empírica para o período de 1990 a 2010. **Revista Economia Ensaios (UFU)**, Uberlândia (MG), vol. 28, n. 2, 2014, p. 19-42.

MARINI, R. M. La Acumulación Capitalista Mundial y el Subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, Cidade do México, n. 12, 1977.

MARINI, R. M. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, Cidade do México, n. 20, 1979.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 22ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2013.

PRADO, E. Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, junho 2013. p. 129-152.

RUBIN, I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Editora Polis, 1987.



SAKELLAROPOULOS, S. The Issue of Globalization through the Theory of Imperialism and the Periodization of Modes of Production. **Critical Sociology**, Thousand Oaks, 35, n.1, 2009. 57-78.